Processo CEE nº 1038/77

Interessado: Centro Estadual Interescolar "Albert Einstein"

Assunto: Orientação sobre Avaliação

Relator : Consº Renato A.T. Di Dio

Parecer CEE nº 743/77; CPG. Aprov. em 31/08/77.

I-RELATÓRIO

1. HISTÓRICO:

O diretor do Centro Estadual Interescolar "Albert Einstein", por ofício datado de 20 de novembro de 1975 e entregue em 25 de fevereiro de 1977, comunicou ao então Delegado de Ensino da extinta 1ª IREP a adoção de critérios de promoção e recuperação de alunos para o próximo ano de 1975.

Os critérios adotados, em conflito com as normas regimentais em vigor, foram os seguintes:

1. Será considerado aprovado o aluno que obtiver:

I- Freqüência igual ou superior a 75% das aulas dadas e média aritmética dos quatro períodos (média anual) igual ou superior a 5,0 (cinco).

II- Freqüência igual ou superior a 50% e média superior a 8,0 (oito).

2. Será submetido a recuperação o aluno que obtiver:

I- Freqüência igual ou superior a 75% e média de aproveitamento inferior a 5,0 (cinco).

II- Freqüência inferior a 75% e igual ou superior a 50% e média de aproveitamento igual ou inferior a 8,0 (oito).

Será considerado aprovado nesta fase o aluno que obtiver:

A- Enquadrados no item I: média final ou superior a 5,0 (cinco). Considera-se média fi-

nal o resultado da soma da média anual mais a nota da prova de avaliação após a recuperação, dividida por dois. Esta última não inferior a 5,0 (cinco).

B- Enquadrados no item II: Melhoria de aproveitamento, considerando média final mínima igual a 5,0 (cinco).

Em ambos os casos o aluno deverá ter freqüência mínima igual a 80% no período de recuperação."

O ofício terminava com estas palavras: "Se o exposto vier contrariar normas vigentes, solicito informar com urgência a fim de que não resulte em prejuízos para a Diretoria e nem para os alunos".

Fundamentação: À época-ano letivo de 1975 - estava em vigor o Decreto nº 47.404, de 19/12/66 (Normas Regimentais), que, no que tange à avaliação, estabelecia em síntese:

- nota do 1º bimestre x peso 1
- nota do 2º bimestre x peso 2
- nota do 3º bimestre x peso 2
- nota do 4º bimestre x peso 2
- prova final x peso 3 divisor 10

Os alunos que, nos quatro bimestres ponderados, obtivessem 49 pontos teriam o divisor 7, ficando dispensados da prova final. Os demais deveriam prestar a prova final.

Havia, ainda, a possibilidade da 2ª época até em 3 disciplinas. Neste caso, os pesos teriam seus valores mudados para: 1,1, 2,2 e 4.

Embora os novos critérios de avaliação propostos pelo Diretor da Escola pudessem encontrar guarida no art. 14, parágrafos e alíneas, da Lei Federal 5.692/71, não poderiam ter sido desde logo aplicados porque:

- a) foram propostos ao término do ano letivo;
- b) o ofício foi entregue somente após sua adoção (25/2/77)
- c) a lei 5.692/71 não havia sido regulamentada

da para a Rede Oficial".

Entretanto, embora a aplicação dos novos critérios tenha sido administrativamente insustentável, não é possível, a esta altura, determinar que se façam novos exames à luz das Normas Regimentais então em vigor. E isso porque a maioria dos 390 alunos se viu beneficiada pelos critérios propostos e usados pela escola.

Sob o aspecto pedagógico, não se vê como anular a aprovação e matrícula em séries posteriores de tão grande número de alunos, que não podem sofrer as consequências de decisões errôneas tomadas pela diretoria da escola.

Quanto ao aspecto burocrático, conforme observa o delegado da 2ª Delegacia de Ensino, baseado em relatório firmado por dois Supervisores Pedagógicos, não haverá dificuldades na escrituração das fichas, que deverão ser assinadas pelos atuais Diretores, Secretário e Supervisor Pedagógico.

II-CONCLUSÃO

À vista do exposto, convalida-se, a título excepcional, o critério de avaliação aplicado no ano letivo de 1975 no Centro Educacional Interescolar "Albert Einstein" (antigo Ginásio Estadual Industrial "Albert Einstein") com relação a 390 alunos.

Fica ressalvado aos alunos eventualmente prejudicados o direito de recorrer a este Conselho para obter soluções cabíveis.

Compete à Secretaria da Educação tomar as providências que a lei justificar na apuração de responsabilidade.

São Paulo, 17 de agosto de 1977.

a) Consº Renato A.T. Di Dio
Relator.

III-DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU adota como seu Parecer o voto do Relator.

Presentes os Nobres Conselheiros: Geraldo Rappacci Scabello, João Baptista Salles da Silva, José Conceição Paixão Maria da Imaculada L.Monteiro, Maria de Lourdes M. Haidar, Renato A.T. Di Dio e Therezinha Fram.

Sala da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, em 17 de agosto de 1977.

a) Consª Maria de Lourdes M. Haidar
Presidente

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da câmara do Ensino do Primeiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 31 de agosto de 1977

a) Consº RENATO ALBERTO TEODORO DI DIO - Vice-presidente, no exercício da Presidência.